

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

1
2
3
4 Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, as treze horas
5 e trinta minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Sul,
6 sito à rua Fernando Abott, 940, bairro Goiás, em Santa Cruz do Sul, realizou-se Audiência
7 Pública promovida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Inclusão de
8 Santa Cruz do Sul, com a finalidade de ampliar o diálogo entre governo e sociedade civil,
9 ouvir propostas e contribuições para o aprimoramento das ações voltadas à população
10 em situação de rua, bem como identificar os desafios existentes e possíveis encaminhamentos.
11 Presentes as autoridades públicas e pessoas da comunidade, indicadas na lista
12 de presença, parte integrante da presente ata. A audiência foi aberta pela Sra. Secretária
13 Municipal de Desenvolvimento Social e Inclusão, Sra. Fátima Alves da Silva, a qual desta-
14 cou que o objetivo principal do encontro era apresentar os resultados obtidos até o mo-
15 mento, dialogar sobre os desafios enfrentados na execução das políticas públicas destina-
16 das à população em situação de rua, além de promover a escuta dos diversos setores en-
17 volvidos. Na oportunidade, questionou quem representava o setor imobiliário, agradecen-
18 do a presença dos representantes de imobiliárias, ressaltando a importância de sua parti-
19 cipação, considerando a relação do tema com a existência de imóveis e terrenos que, por
20 vezes, são ocupados por pessoas em situação de rua. Em ato contínuo, a Secretária soli-
21 citou que as pessoas presentes que se encontravam em situação de rua se identifica-
22 sem, agradecendo a presença de todos e enfatizando que as políticas públicas debatidas
23 são direcionadas especialmente a esse público, sendo de extrema relevância a participa-
24 ção e escuta qualificada dessas pessoas. Agradeceu, ainda, a presença do Exmo. Sr. Pro-
25 motor de Justiça Especializado de Santa Cruz do Sul, Dr. Érico Fernando Barin, além da
26 presença dos colegas de trabalho e representantes dos diversos setores que se fizeram
27 presentes, em especial das Secretarias Municipais de Saúde, Desenvolvimento Social e
28 Inclusão e Segurança Pública. Na sequência, foi passada a palavra ao Sr. Promotor de
29 Justiça, Dr. Érico Fernando Barin, que, após cumprimentar aos integrantes da mesa e aos
30 demais presentes solicitou que sua manifestação ocorresse ao final das apresentações, a
31 fim de ter acesso prévio às informações e dados que seriam apresentados, possibilitando
32 uma fala mais completa e fundamentada após a exposição dos equipamentos e serviços.
33 Encerrado o momento de abertura, deu-se início aos trabalhos, sendo passada a palavra
34 ao Assessor Jurídico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Inclusão, Sr.
35 Juliano do Nascimento Garcêz, o qual informou que a coordenação da audiência ficaria a
36 seu cargo, desejando a todos uma boa tarde e um bom trabalho. Ato contínuo, o coorde-
37 nador cumprimentou a todos os presentes, destacando a importância do momento para a
38 construção de estratégias voltadas à superação da situação de violação de direitos viven-
39 ciada por pessoas em situação de rua no município. Informou que, após as manifestações
40 das autoridades, seria disponibilizado o prazo de trinta minutos para inscrições de interes-
41 sados em realizar manifestações orais ou apresentação de manifestações por escrito,
42 sendo que a lista de inscrições e formulário próprio para manifestação escrita estariam
43 disponibilizados pela equipe na porta de acesso ao plenário. Esclareceu que as manifes-
44 tações orais teriam duração máxima de cinco minutos por participante e que a audiência
45 teria duração total de até duas horas. Em sequência, a palavra foi devolvida à Secretária
46 Sra. Fátima, para a apresentação dos serviços ofertados pelo Município à população em
47 situação de rua. Assim, foi passada a palavra ao coordenador do CREAS, Sr. Eduardo
48 Rosa Vicente, o qual, após cumprimentar a todos os presentes, externou informações so-
49 bre o Serviço e suas atribuições frente a seus públicos-alvo e especificamente quanto à

50 população em situação de rua. Ato contínuo, foi concedida a palavra à Sra. Clari Berenice
51 Borges de Fraga Miranda, psicóloga do Albergue Municipal, que discorreu sobre a impor-
52 tância do equipamento para as pessoas em situação de rua, destacando que o albergue
53 oferece condições básicas de segurança, alimentação e higiene, além de possibilitar
54 acesso a documentos pessoais, encaminhamentos na área da saúde e às demais políti-
55 cas públicas e retomada dos vínculos familiares. Apresentou dados referentes aos primei-
56 ros dez meses de funcionamento do serviço no corrente ano, informando que foram reali-
57 zados oitocentos e vinte acolhimentos, trezentos e vinte abordagens sociais, setecentos e
58 vinte e seis atendimentos técnicos e quatrocentos e vinte e oito encaminhamentos para
59 trabalho, tratamento de saúde e reintegração familiar. Destacou, ainda, que trinta e uma
60 pessoas deixaram a vivência de situação de rua, encontrando-se atualmente vivendo de
61 forma autônoma. Na sequência, foi passada a palavra à médica Dra. Marina Weber do
62 Amaral, integrante do serviço de Consultório na Rua, que relatou sua atuação desde a for-
63 mação em medicina, em conjunto com a equipe de Redução de Danos alocada em Estra-
64 tégias de Saúde da Família (ESFs) de territórios de grande vulnerabilidade. Explicou o
65 funcionamento do Consultório na Rua, a logística de atendimento, os locais e horários
66 previamente definidos, bem como a articulação com as ESFs e com a área social. Desta-
67 cou que o serviço atende desde demandas simples até situações de maior complexidade
68 e ressaltou que o Consultório na Rua ainda é pouco conhecido pela população em geral e
69 por profissionais da área, defendendo a ampliação da divulgação e do debate sobre o te-
70 ma. Posteriormente, repassada a palavra aos integrantes da equipe de Redução de Da-
71 nos realizaram breve apresentação, explicando a natureza do trabalho desenvolvido, as
72 estratégias utilizadas e a forma de abordagem junto às pessoas em situação de rua desde
73 o ano de 2016. Informaram que as abordagens ocorrem principalmente nas terças-feiras à
74 noite, além da atuação conjunta com o Consultório na Rua às quintas-feiras. Ressaltaram
75 que essas políticas públicas foram criadas especificamente para atender esse público e
76 que o trabalho desenvolvido amplia oportunidades e contribui para a construção de novas
77 possibilidades de vida. Apresentam o número de cento e cinquenta e oito pessoas em si-
78 tuação de rua em Santa Cruz do Sul, com média de cento e oitenta atendimentos mensais
79 e cento e vinte quatro pessoas em acompanhamento. Na sequência, foi concedida a pala-
80 vra à enfermeira Valquíria, coordenadora de Saúde Mental do Município, que enfatizou a
81 importância da construção das políticas públicas a partir da realidade local e da existência
82 de espaços de diálogo. Abordou a relação entre saúde mental e população em situação
83 de rua, citando fatores como abuso de substâncias, rompimento de vínculos familiares e
84 sociais e presença de transtornos mentais. Destacou que o cuidado em saúde mental não
85 deve estar restrito aos Centros de Atenção Psicossociais - CAPS, explicando os tipos de
86 CAPS existentes, seus horários e formas de acesso, bem como a articulação desses ser-
87 viços com o atendimento à população em situação de rua. Ao final, externou que o grande
88 desafio seria o aumento de oferta desses serviços a essa população, com necessária esti-
89 mulação do contato entre a política de saúde e demais políticas do município. Em conti-
90 nuidade, abordado o tema do Cadastro Único, com a palavra concedida à Sra. Luci Rodri-
91 gues, coordenadora da Proteção Social Básica e do Cadastro Único, que esclareceu que
92 o CadÚnico é um instrumento amplo de identificação social, não restrito ao Programa Bol-
93 sa Família. Informou que as pessoas em situação de rua são grupo prioritário, sendo reali-
94 zada busca ativa para identificação desse público. Apresentou dados, relatando que inici-
95 almente foram identificadas duzentos e setenta e seis pessoas em situação de rua, núme-
96 ro que impressionou as equipes. Assim, foi realizado trabalho conjunto de identificação de
97 busca ativa de tais pessoas com a equipe da Redução de Danos, de modo a ratificar tal
98 condição de vivência de rua, sendo que no dia de hoje, temos duzentas e quarenta e nove

99 pessoas em situação de rua devidamente cadastradas, das quais cento e noventa e seis
100 já recebem benefício. Esclareceu os critérios de avaliação e ressaltou que o trabalho é
101 constantemente aprimorado de forma integrada entre os serviços, referindo que o Cadas-
102 tro Único, além de ser um meio de acesso a benefícios sociais, também é um balizador
103 para futura disponibilização de políticas públicas em nossa cidade, sendo observado pelo
104 pelo Governo Federal e Estadual. Referiu que a gestão municipal optou por uma mudança
105 de forma de trabalho com as pessoas em situação de rua, com acesso direto aos mes-
106 mos, que vai além da simples inscrição autodeclaratória, mas sim buscas ativas e acom-
107 panhamento técnico. Foi mencionado, ainda, que algumas pessoas em situação de rua já
108 se encontram inseridas no mercado de trabalho em razão do suporte oferecido pelos ser-
109 viços municipais, bem como houve avanços no fortalecimento de vínculos familiares, com
110 usuários evoluindo da vivência de rua, para famílias unipessoais. Passada a palavra a Se-
111 cretária Sra. Fátima, essa reforça a necessidade do trabalho conjunto entre as políticas do
112 Município, o qual já dá resultados concretos, com usuário adquirindo autonomia financeira
113 e deixando de necessitar de suporte do poder público. Por seu turno, o Sr. Promotor de
114 Justiça, Dr. Érico Fernando Barin, após renovar saudações aos presentes, passa a exter-
115 nar a atuação e ações do Ministério Público para que chega-se em momentos como em
116 curso, debatendo sobre que o problema social que envolve as pessoas em situação de
117 rua. Refere que se trata de um problema de âmbito nacional, mas que há a necessidade
118 de se saber balizas mínimas para se saber como atacar e mitigar o problema. Que o Con-
119 selho Nacional do Ministério Público solicitou as Promotorias de Justiça do Rio Grande do
120 Sul identificassem em suas comarcas, quais os municípios possuíam um número mínimo
121 de cinquenta pessoas em situação de rua, número esse que foi identificado somente no
122 município de Santa Cruz do Sul, com os demais municípios integrantes da comarca infor-
123 mando que não possuíam pessoas em situação de rua. Com tal informação, o Ministério
124 Público passou a provocar o município de Santa Cruz do Sul acerca da identificação de
125 tal público-alvo, sendo que após compilação de dados, foi informado pelo Município a
126 existência de setenta e quatro pessoas em situação de rua no território em dezembro de
127 dois mil e vinte e três, número inferior aos atuais, que não diria maiores, mas sim mais re-
128 alistas, o que não significa dizer que o poder público municipal está com dificuldade de
129 enfrentar o problema. Aponta que o próprio painel exposto pelos serviços evidencia que
130 muito foi feito em prol do combate a tal situação de violação de direitos, o que deve ser
131 visto como fator positivo, contudo, sem ocasionar a inércia do poder público ante ao já al-
132 cançado. Refere que a atuação conjunta a incessante na busca de tratar a vivência de
133 rua, que é um problema somente individual, mas sim da sociedade em geral, deve ser ob-
134 jetivo de toda a sociedade e poder público, de modo a resguardar-se os direitos da pes-
135 soa em situação de rua de e da própria sociedade. Externa satisfação pela participação
136 de Vereadores presentes, que atual como interlocutores com a sociedade, especialmente
137 em pauta tão importante, sendo que a meta é a diminuição dos números das pessoas em
138 situação de rua. Informa que a decisão judicial tomada pelo Supremo Tribunal Federal na
139 ADPF nº. 976 MC-REF/DF se tratou de um divisor de águas sobre o tema, eis que efetiva-
140 mente veio a impulsionar uma política pública que estava adormecida, fazendo com que
141 esse problema social se tornasse invisível ao poder público e a adoção de práticas higie-
142 nistas, como deslocamento de tais pessoas para municípios outros e mesmo a persecu-
143 ção penal, algo inadmissível nos dias de hoje. Como próxima meta, referiu a necessidade
144 de confecção do plano municipal de enfrentamento dessa pauta, no qual todas as nuan-
145 ces e o papel de cada ente da rede de proteção será formalizado, além da forma de
146 ações das equipes frente a esse público-alvo, tudo com a contribuição do Ministério Públi-
147 co. Dirigindo-se às pessoas em situação de rua presentes, externa satisfação pelo seu

148 comparecimento, bem como enfatiza que esse fato em si já demonstra que o município de
149 Santa Cruz do Sul avança de forma positiva na resolução desse problema social, pois en-
150 tendem esse momento de debate como acolhedor, visando uma oferta de possibilidades
151 que visam o despertar próprio de cada pessoa, com busca de evolução de forma voluntá-
152 ria. Refere ser conhecedor da dificuldade de mudança de hábitos de pessoas em situação
153 de vulnerabilidade, especialmente submetidos ao uso de álcool e drogas, cabendo ao po-
154 der público disponibilizar as chances de mudança, contando o município com equipes téc-
155 nicas especialistas na área, totalmente aptos a auxiliarem nesse viés. Aberto o espaço pa-
156 ra manifestações orais, manifestou-se o inscrito Sr. Roque Dick, representante da imobili-
157 liária IMOBEL, que abordou questões relacionadas a voluntariedade de muitas pessoas
158 em situação de rua do município em permanecer nessa condição, optando por manterem-
159 se em vivência de rua, mesmos aptos ao trabalho e com famílias existentes. Refere que
160 deva haver a diferenciação entre as pessoas que se encontram em situação de rua por
161 opção das que acabam nessa condição por real vulnerabilidade social, devendo a lei ser
162 aplicada aos primeiros como seria aplicada a qualquer cidadão. Também faz referência
163 aos imóveis desocupados na cidade e a invasão dos mesmos por pessoas em situação
164 de rua, onde crimes, especialmente furtos de cabos elétricos são realizados, trazendo
165 considerações sobre responsabilidades, desafios e possíveis soluções envolvendo o po-
166 der público, proprietários e comunidade. Na sequência, fez uso da palavra o inscrito Sr.
167 Jeferson Peres, representante da Associação de Moradores do Bairro Goiás, que relatou
168 situações envolvendo imóveis abandonados adquiridos por investidores e mantidos deso-
169 cupados, os quais acabam sendo utilizados por pessoas em situação de rua, locais onde
170 esses passam a fazer suas necessidades fisiológicas, usam álcool e drogas, havendo, in-
171 clusive, casos de incêndio provocado por velas deixadas acesas pelos invasores, ofere-
172 cendo risco aos moradores do local. Enfatizando não se tratar de alguma forma de discrimi-
173 nação, externou as dificuldades enfrentadas pelos proprietários em reaver a posse ou
174 desocupação dos imóveis, dependendo de ação judicial demorada, além de preocupa-
175 ções com a segurança da comunidade, especialmente de crianças, indagando como se
176 procederá para superar tal situação. Por derradeiro, como sugestão, refere que a oferta
177 de benefícios de ordem financeira deveria ser vinculada ao exercício de ocupação ou em-
178 prego por tais pessoas, entendendo que muito poucos aceitariam tal opção, pois preferem
179 receber seus benefícios e manterem-se pela rua. Em seguida, manifestou-se o Sr. José
180 André de Brito, representante do projeto Construindo um Novo Sonho, que apresentou os
181 objetivos da iniciativa, voltada à capacitação profissional, inserção no mercado de traba-
182 lho e geração de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social, colocando a
183 si e o projeto a disposição para auxiliar esse público-alvo. Solicitada a palavra pelo vereador
184 Sr. Edson Azeredo, o mesmo externou saudações a todos os presentes, referindo que
185 é necessária a diferenciação entre pessoas em situação de rua e invasores de imóveis,
186 sendo os vereadores constantemente acionados pela comunidade por fatos envolvendo
187 pessoas em situação de rua, os quais, em significativa parcela, não são de Santa Cruz do
188 Sul, mas provenientes de outras cidades. Ao final, exemplificando com situação ocorrida
189 recentemente que envolveu o próprio e servidores do Município, externou se tratar de con-
190 dição muito difícil e complexa, estando o Legislativo Municipal à disposição para auxiliar
191 na resolução dessas situações. Passada a palavra a inscrita Sra. Lizi Jost, essa propõe
192 reflexão sobre as afirmações de muitas pessoas em situação de rua assim estão porque
193 se negam a trabalhar, referindo entendimento de que o trabalho deva ser uma ferramenta
194 de realização humana, indagando se os trabalhos ofertados às pessoas em situação de
195 rua os estão realizando, ou fazendo com que os mesmos se sentissem escravizados e
196 desiludidos, sendo isso o que levou ao abandono dos postos de trabalho e vivência de

197 rua. Exemplifica com propostas de legislação visando a melhoria de vida de tal população,
198 por ela realizadas enquanto suplente de vereador, as quais não foram aceitas, com inércia
199 do Legislativo Municipal. Aponta certa invisibilidade proposital das pessoas em situação
200 de rua, o que facilita ações de cunho higienista. Refere que tais atividades laborais e ocu-
201 pações devem decentes e possibilitar a realização humana, bem como suas remunera-
202 ções devem ser adequadas, possibilitando sua subsistência de forma digna. Passada a
203 palavra ao inscrito Sr. Altemir Thormann, responsável técnico da Comunidade Terapêutica
204 Recomeçar, que após cumprimentar todos os presentes, externa que a instituição enxerga
205 as pessoas em situação de rua como pessoas doentes, vítimas de algum transtorno de
206 saúde mental, sendo que mais de noventa por cento desse público é usuário de álcool e
207 drogas, sendo o foco da Comunidade o tratamento desses males, estando a haver um au-
208 mento do número desses usuários no município. Refere o exemplo da cidade de São
209 Paulo e a conhecida “cracolândia”, onde ações do poder público estão logrando êxito em
210 diminuir o número de usuários no local atuando em outras frentes. Menciona que a pró-
211 pria comunidade de Santa Cruz contribui para que ocorram pessoas em situação de rua,
212 exemplificando que muitos restaurantes, no fim do expediente, distribuem restos de carne
213 para que tal público se alimente. Pela manhã, as padarias também fazem a distribuição
214 de pães e demais alimentos não comercializados no dia anterior para o mesmo público,
215 ações que contribuem para o prolongamento da situação de rua. Ao final parabenizando a
216 Secretária Fátima pelo trabalho desenvolvido a frente da Secretaria Municipal de Desen-
217 volvimento Social, relembra da Lei Municipal nº. 6.635/2012, que instituiu o Conselho Mu-
218 nicipal sobre Álcool e outras Drogas – COMAD, conselho que deve ser reativado e pode
219 contribuir em muito com a solução da vivência de rua. Fazendo o uso da palavra, a Secre-
220 tária Fátima informa que no Albergue Municipal, após o usuário aceitar a oferta do serviço,
221 é disponibilizado banho, jantar, pernoite e café da manhã reforçado, sendo que em perí-
222 odos de inverno, o serviço funciona vinte e quatro horas, com cinco refeições diárias. Re-
223 força que o serviço com atendimento de qualidade existe, contudo, é necessária a concor-
224 dância dos usuários, existindo regras simples de funcionamento. Informa que o Município
225 concorreu em edital lançado pelo Estado do Rio Grande do Sul, sendo contemplado com
226 a construção de um Centro POP, equipamento no qual serão realizadas oficinas de capa-
227 citação profissional e escolarização, bem como acompanhamento visando o resgate de
228 vínculos familiares e socioafetivos. Refere que se trata de um serviço diurno, acolhendo
229 as pessoas em situação de rua nesse período, contribuindo para que as mesmas retem
230 em praças e pelas ruas. Passada a palavras as representantes do Albergue reforçaram as
231 condições ofertadas no serviço, como alimentação adequada, higiene, lavanderia, acom-
232 panhamento técnico e atendimento psicossocial, reiterando os resultados alcançados e
233 anunciando perspectivas de ampliação das ações no próximo período. A Dra. Marina We-
234 ber do Amaral solicitou novo espaço para manifestação, trazendo depoimento enquanto
235 servidora pública e profissional com contato direto com a população em situação de rua,
236 ressaltando a complexidade do tema, a diversidade de trajetórias e a predominância do
237 uso de substâncias psicoativas. Referiu que é funções dos serviços a busca de humaniza-
238 ção desse público, com busca de alternativas e acesso a serviços que sirvam de “ponta
239 pé” inicial para a retomada de suas vindas. Destacou que o espaço de diálogo em curso é
240 um passo fundamental para o aprimoramento das políticas públicas. Repassada a palavra
241 ao Dr. Érico Barin, visando esclarecer sobre questões levantadas pelos presentes, refor-
242 çou que a vulnerabilidade social não justificativa para a prática de crimes, mas que é ne-
243 cessário diferenciar casos e enfrentar distorções que prejudicam o atendimento a quem
244 realmente necessita, momento em que a visão técnicas dos serviços de rede é imprescin-
245 dível, uma vez que a condição de rua não é situação voluntária, mas sim oriunda de al-


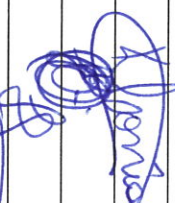













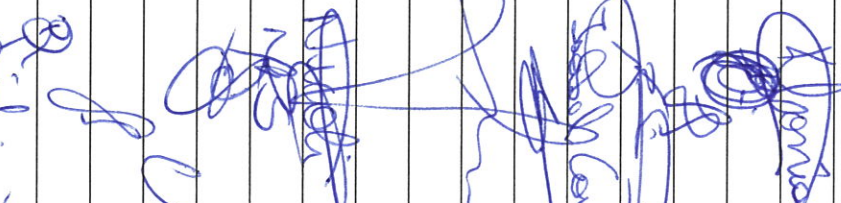



246 gum fator que lhe deu causa. Reforça que a criação do plano municipal de enfrentamento
247 a situação de rua é essencial para que tais distorções sejam evidenciadas, separando-se
248 os vulneráveis de oportunistas travestidos de pessoas em situação de rua. Quanto as re-
249 feridas invasões de imóveis no bairro Goiás, solicitou que seja levado a Promotoria de
250 Justiça um abaixo-assinado sobre a situação, referido que o Município possui poder de
251 polícia para localizar o proprietário e mesmo agir em lugar desse, não havendo lacuna le-
252 gal que permita a invasão de imóveis e sua utilização para fins escusos ou criminais. Em
253 sequência, refere que o fato de Santa Cruz do Sul se tornar um polo no enfrentamento a
254 situação de rua em nada contribui para que usuários de outras cidades convirjam para o
255 município, ao contrário, eis que passa a mensagem que em Santa Cruz do Sul não se to-
256 lera tal situação, por se tratar de um problema social e de direitos humanos, que se en-
257 frentado e mitigado. Passada a palavra ao inscrito Vereador Edson Sortica, após cumpri-
258 mentar a todos, reforça que a pessoa em situação de rua e o invasor de imóveis se tratam
259 de figuras diferentes, os quais devem ser tratados de forma diversa. Traz experiência vivi-
260 da enquanto profissional da Brigada Militar junto a extinta ronda social, que realizava a
261 busca e transporte dos então “moradores de rua” ao albergue, onde dormiam e iam embo-
262 ra. Externa satisfação pelo trabalho realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social
263 nesses dez meses, nos quais significativa número de pessoas superaram essa condição
264 de vulnerabilidade. Passada a palavra ao inscrito Vereador Professor Cléber Pereira, após
265 cumprimentar a todos e parabenizar a Secretaria pelo trabalho desenvolvido, bem como
266 pela obtenção do Centro POP, que será de suma importância para o acompanhamento
267 desse público-alvo. Refere que Santa Cruz do Sul possui inúmeros empresas que neces-
268 sitam de mão de obra, possuindo potencial para a oferta de trabalho as pessoas em situa-
269 ção de rua que o queiram, referindo que é necessária a fixação de prazos para que os
270 usuários sejam agraciados com benefícios de ordem pública, com forma de incentivar a
271 busca de sua autonomia. Passada a palavra ao inscrito Vereador Eduardo Wartchow, o
272 qual, em razão do adiantado da hora, buscará ser célere em seus comentários, cumpri-
273 mentando a todos os presentes. Refere entendimento de que existe certo engessamento
274 dos municípios quando aos benefícios sociais de transferência de renda, eis que gestio-
275 nados unicamente pelo Governo Federal, devendo os municípios possuir autonomia sobre
276 tais ferramentas, eis que estão na “ponta” do atendimento e possuem conhecimento da
277 realidade. Ato contínuo, refere a importância a integração entre serviços, escuta dos técni-
278 cos, preocupação com o impacto para a população em geral. Passada a palavra ao inscri-
279 to Vereador Abel Trindade, o qual externa cumprimento a todos, referindo que convive
280 com o problema das pessoas em situação de rua no bairro onde reside, se tratando de
281 caso complexo. Faz contraponto no sentido de que, no presente ato, muito se falou na
282 questão pelo viés da pessoa em situação de rua, com pouco se falando sobre o cidadão
283 comum, contribuinte. Também indaga sobre a existência de apontamento com o número
284 total de pessoas em situação de rua, bem como de quantos são oriundos de outras cida-
285 des. Para responder as questões levantadas, é passada a palavra as responsáveis pelo
286 Albergue Municipal, as quais informam que o Serviço é acessado por uma média de se-
287 tenta pessoas em situação de rua, mas que tal número conflita com os dados da equipe
288 da Redução de Danos de cento e cinquenta e oito, eis que muitos não acessam o Alber-
289 gue, ante a existência de regras no local, como a identificação de usuários, por exemplo,
290 necessárias ao bom funcionamento de qualquer local, com o que muitos usuários não
291 concordam. Dessa média de setenta usuários que acessam o Albergue, estimam que vin-
292 te desses usuários são de outras cidades. Mencionam que o Município possui uma rede
293 socioassistencial forte e bem definida, o que serve para que usuários oriundos de outras
294 cidades, que não possuam um albergue, por exemplo, sintam-se incentivados a vir para



295 Santa Cruz do Sul, na busca de acesso a tais equipamentos. Esclarecem que em tais ca-
296 sos é ofertada passagem de regresso aos municípios de origem, ou acolhimento junto ao
297 Albergue Municipal, opções que não pode ser impostas ao usuário. Ao final, leem trechos
298 da ADPF nº. 976, demonstrando o impedimento legal da equipe do Albergue Municipal em
299 remover pessoas em situação de rua e seus pertences de locais públicos ou obrigá-los a
300 aderirem aos serviços ofertados pelo Município. No tocante ao número de benefícios às
301 pessoas em situação de rua, é passada a palavra à Sra. Luci Rodrigues, coordenadora do
302 Cadastro Único a qual refere que o objetivo da Secretaria é que os benefícios sejam con-
303 cedidos a quem realmente necessite, eis que está sendo executado trabalho diário na
304 identificação desse público-alvo, com a mudança quase que diária desse número, sendo
305 muito dinâmico. Passada a palavra ao inscrito Vereador Jeferson Redondo, o qual cumpri-
306 menta a todos, referindo se tratar de um tema muito importante, referindo ser oriundo de
307 bairro de alta vulnerabilidade social, onde questão é vista de perto. Refere satisfação pela
308 obtenção do Centro POP, que será muito importante na melhora da situação de rua em
309 nossa cidade, referindo preocupação com a questão afeta principalmente ao alcoolismo,
310 que acomete os usuários, sendo importante a atuação conjunto com a equipe do CAPS
311 AD, colocando-se a disposição para auxiliando que for possível. Passada a palavra a Se-
312 cretária Fátima, essa refere que a atuação conjunta entre Albergue e CAPS está ocorren-
313 do, sendo que a própria equipe fixa do Albergue consegue dar acompanhamento a muitos
314 usuário, realizando os encaminhamentos necessários. Ato contínuo, ante a inexistência
315 de mais inscritos para manifestações orais ou escritas, foi declarada encerrada a presente
316 Audiência Pública, ficando consignado que a presente ata reúne os principais registros e
317 manifestações ocorridas, sendo lavrada por mim, Juliano do Nascimento Garcêz, coorde-
318 nador da Audiência Pública.

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/SEDESI/2025

LISTA DE PRESENCAS

Nº.	Nome	CPF	Entidade (opcional)	Assinatura
1	Matheus Subtilti C. Becker	03544412055		
2	Fabiano Espinuel Gomes Pereira	03055042077	SEDESI	
3	Breivane Beck	94059780049	SEDESI	
4	Renato Nascimento	97306962053	SEDESI	
5	Isabela Sousa Ferreira Loula	414.780.190-34	SEDESI	
6	CDSON ACCERTOS	391	AMARA	
7	Carlo Marcelo	391 391 510 17	AMARA	
8	Carlo Marcelo			
9	Camilla M. C. Lima			
10	Camilla M. C. Lima	054.326.470-26		
11	Marcelo Steinhaus	439720200-15	CREAS	
12	Renato R. Vianna	05797501759	CREAS	
13	Breivane Beck	93136480082	SESA	
14	Frederico Schauerich	8112602020	SEDESI	
15	Frederico Schauerich	73759570020	SEDESI	
16	Silvia Cabral	00824490060	SESA	
17	Thiago Pereira	12070190030	AMARA	
18	Frederico Schauerich	93840675049	SEDESI	
19	Frederico Schauerich			

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/SEDESI/2025

LISTA DE PRESENCAS

Nº.	Nome	CPF	Entidade (opcional)	Assinatura
20	Fuabg Buar.	43673221072	SEDESI	
21	John Soares A. Toham	986475800-44	SEDESI	
22	Gilberto P. Soares Tavares	36967548034	SEDESI	
23	Marlene Alamo Leopoldi	80391448087	SEDESI	
24	Leislene Spina	899.078920-68	SEDESI	
25	Paula Soares	985595730-91	SEDESI	
26	Adriana P. de Silva	637083290-15	SEDESI	
27	Adriana N. de Silva	84572127034	SEDESI	
28	Adão dos Santos			
29	João Roberto	945651900-59	SEDESI	
30	Adriana P. de Silva	007.060.590-42	SEDESI	
31	Adriana P. de Silva	7118.1113.511053	SEDESI	
32	Jeniferes Cassia Landim	007.648.000-02	SEDESI	
33	REGIARDO N. DANTO DE CARLOS	718 MS 880-82	SEST	
34	José Joaze de Assis Stamm	00438848063	SESA	
35	Maximiliano Alberto de Amareal	029.922.530.57	SESA	
36	ERICO BARRA		MP	
37	Carolina Corrêa	034.998.160-02	SESESI	
38	Paula M. G. da Silva	9735539810-91	SESESI	

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/SEDESI/2025

LISTA DE PRESENCAS

Nº.	Nome	CPF	Entidade (opcional)	Assinatura
39	Meli Fátima Oliveira	008263310-08		
40	Valquíria Toledo Souza	009 386 200 91	SESA	
41	Juliana Guilli Pettio	64946804015	SESA	
42	FERNANDA WERNER	046393.472-60	CÂMARA	
43	Venando Altamirano	000 549 700 64	Brigada Militar	
44	Jose Daniel de Lima			
45	Belena Rendon			
46	Josoni Sabas Nunes	089.964.930-10	Comando de Veteranos	
47	Julian Kober	020264.750-93	GAZETA DO SUL	
48	Marica Paiva Correa	746 929 500 30	AESCA	
49	Jeanete R. Wegmann	021884240-69	AESCA	
50	Luana R. T. Daltro	534 067100 34	SEDESI CRAS C	
51	Yany André de Barros	95914021049	CNV	
52	Patricia Singh	241173660-63	Sindicato	
53	Antunes Roberto	91786177072	Proc Mulher	
54	Lina Luciana Fost	58608242034	SUPORTE VEREADOR	
55	Sandra Heide Meyer	009.666.930-45	SESA	
56	Marlene Schuch	70208751668	CAMARA	
57	Ana Isabel Tanke	004.408.830-93		

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/SEDESI/2025

LISTA DE PRESENCAS

Nº.	Nome	CPF	Entidade (opcional)	Assinatura
58	Ana Lívia de Oliveira	94478155020	CPAS Reduzir	
59	Alouca Rafaela Alves	45977208049	Camara Vereadores	
60	Martimilda Szymdlur	01450464009	Camara	
61	Renomede monholoni	95935142015	Dep. Luciano Sisto	
62	TUR: J. Azevedo	5217720058	Gab. Ver. Alberto H. Seger	
63	Geoma Nalle	02610224092	SEGES	
64	Yohana	35716203048	Grupo Executivo	
65	Douglas Sampaio	02818520045	ALLIANCE	
66	STANLEY CURT RITZ	47402113000	SEGEHA	
67	Felipe M. Lopes Cordeiro	03430422080	CÂMERA	
68	Natius Noelante	04107465098	CÂMERA	
69	Yvelin STODOLAN	32319334668	CPAS Central	
70	Yvete E. da Silva	02380186046	SEHAR	
71	Angela E. M. Rodrigues	053.392.910-57	SEHAR	
72	Yvelin RODRIGUES	775967390-72	Palmeiras	
73	Rosângela Busselti	027.958830-04	CREAS	
74	Anderson Luciano Rebelo	0111071710-96	CAR. COVATTI FILHO	
75	Marcile F. Garcia	028.127960-81	Camara Vereadores	
76	HENRIQUE DAUER	056.843-220-23	GRUPO ARAUTO	



Ata Audiência Pública 23-10-25 COMPLETA.pdf

Ata | Nº : 01/2025

Ata Audiência Pública 01/2025

Nº Documento: 5611112417 | Hash original: bf03880f89f46e8e0c2cc109ba8dbe5f

Assinaturas Eletrônicas



JULIANO DO NASCIMENTO GARCEZ - Matrícula: 14319

Assinou em: 21/01/2026 14:14